

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de abril de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO SIDELVAN NÓBREGA *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 31/03/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da sessão no dia 17/03/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do

mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre colega deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, ainda hoje pela manhã, participamos do I Fórum Norte/Nordeste de Saúde do Homem. Foi um evento de grande importância sob a coordenação de Dr. Wagner. Foram discutidas várias questões relativas à saúde do homem. Já apresentamos alguns projetos nesse sentido aqui, inclusive o Projeto de Lei Novembro Roxo, mês de prevenção ao câncer de próstata e de pênis. Deixou de ser projeto e agora é lei.

Além disso, temos um outro projeto em tramitação que versa sobre a saúde estadual do homem. Entendemos que o melhor remédio é a prevenção. A questão do câncer de próstata e de pênis pode ser feito o exame preventivo. O diagnóstico precoce tem importância muito grande para evitar milhares de mortes. Só para se ter uma ideia, hoje morre mais homens de câncer de próstata do que mulheres de câncer de mama. O câncer de mama é dos que tem maior incidência de câncer e tem sido motivo de preocupação de todos nós, mas o câncer de próstata mata mais que o câncer de mama. Ou seja, é preciso uma atenção especial para essa problemática. Avançamos muito quando aprovamos o projeto de lei, que hoje já é lei sancionada pelo governador, que estabelece o Novembro Roxo como mês de prevenção ao câncer de próstata e de pênis. Participamos desse I Fórum Norte/Nordeste de Saúde do Homem que foi bastante representativo; discutimos e debatemos questões de grande interesse para a sociedade.

A segunda questão, Sr. Presidente, é que esperamos ser esse conflito, denominado de greve da PM, resolvido o mais rápido possível tendo em vista a necessidade de se conviver com tranquilidade nos próximos dias. Quero ressaltar o papel do governo Jaques Wagner que tem atendido todas as reivindicações, tudo que foi solicitado pelas organizações foi atendido. Hoje, o salário da Polícia Militar tem crescido de forma considerável. Precisa melhorar? Precisa. Precisa avançar ainda mais? Precisa. Mas já tivemos um avanço extraordinário no salário da Polícia Militar do nosso Estado. Foi um aumento real e considerável de salário. Sabemos que esse segmento precisa de melhores salários e condições de trabalho, isso tem sido viabilizado pelo governo do Estado. Em alguns casos, 140% de aumento se considerar de 2007 até hoje. Descontando a inflação, o aumento real é próximo de 100%. É muito difícil uma categoria de trabalhadores ter um aumento real desse porte, é muito raro. Aliás, eu não tenho notícia de nenhuma categoria que tenha tido um aumento real tão alto quanta esse.

Sou bancário, um sindicato forte que luta intensamente, e nós não chegamos nem perto disso, sequer de aumento nominal, quanto mais aumento real. Aumento

real é muito pouco. Geralmente a inflação, mais 2%, 5%. Isso é o que acontece no cotidiano dos trabalhadores, de uma maneira geral, no Brasil inteiro.

Acho que os policiais militares estão no seu direito de buscar melhores salários, melhores condições de trabalho, mas é preciso sempre buscar o diálogo, a negociação, e o governador Jaques Wagner está aberto ao diálogo 24 horas por dia, atendendo a todas as reivindicações, na medida do possível.

Portanto, esperamos que esse conflito seja resolvido o mais rápido possível. É preciso ter bom senso para encontrar uma solução imediata para esse problema que estamos vivendo hoje, que é a denominada greve da Polícia Militar no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a nobre líder deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Taquígrafas que nos acompanham nesta tarde sem muita movimentação, após uma noite movimentada, quando, finalmente, aprovamos o projeto de antecipação dos *royalties*.

Deputado Joseildo Ramos, deputado Álvaro Gomes, venho a esta tribuna para falar de um ato realizado ontem, nas dependências desta Casa, no novo auditório, quando a Secretaria de Desenvolvimento Social do governo do Estado, a Sedes, realizou a solenidade de implantação do comitê de acompanhamento das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.

Esta Casa, no período em que estivemos trabalhando durante o mês de janeiro, aprovou, por unanimidade, o projeto que estabelece a política estadual para a população em situação de rua. Nessa política, entre várias outras responsabilidades, compromissos assumidos pelo governo do Estado, entre elas se estabelece a criação desse comitê intersetorial, semelhante ao comitê existente no governo federal.

O governo federal, através do Ministério da Justiça e Ministério de Desenvolvimento Social, tem uma política semelhante e estabelece esse comitê intersetorial que acompanha todas as transversalidades das políticas na área de habitação, na área da saúde, na área propriamente do desenvolvimento social.

A Bahia sai pioneira; isso é importante porque essa população em situação de rua, que antes do presidente Lula era colocada embaixo do tapete, era uma população invisibilizada, se transforma, se dá visibilidade a partir do presidente Lula, quando ele, todos os anos à época do Natal, fazia, e a presidente Dilma continua fazendo, uma ceia na rua para confraternizar com esses moradores que ainda vivem na rua. A partir daí, a partir desse momento, inicia-se o processo de elaboração da política nacional voltada para a população em situação de rua. Nós chamamos de população em situação de rua, porque a pessoa está na rua naquele momento, mas ninguém quer ficar na rua, não é interesse de ninguém estar na rua. A Bahia, a partir daí, cria, antes mesmo de estabelecer a política, um projeto chamado Bahia Acolhe, que já está hoje em Salvador, em Feira de Santana e Vitória da Conquista. Essa interiorização amplia a ação desse projeto voltado para a população em situação de rua.

A Bahia é pioneira nessa política, é o primeiro Estado brasileiro que cria um projeto específico para o morador em situação de rua. Esse é um projeto que, de fato, busca a reintegração, deputado.

Tive a alegria de ver, ontem, no plenário do auditório, pessoas que já receberam a sua unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida e que se reintegraram. Ouvi, inclusive, uma jovem que estava envolvida com drogas como o crack, fazendo um depoimento sobre o seu retorno para a família. Isso é fruto da ação realizada por esse programa que tem um alcance tão grande.

Já concluindo, Sr. Presidente, quero parabenizar o secretário César Lisboa, a ex-secretária Moema Gramacho, a ex-secretária Mara e o nosso colega deputado Carlos Brasileiro, que também foi secretário da Sedes, porque, através das suas gestões, iniciaram a construção desse projeto, que, ontem, transformou-se efetivamente em lei. A partir de agora, essa política deixa de ser a política de uma gestão para transformar-se numa política de Estado. Portanto, voltada para que essa população...

Como diziam eles, essa política vai dar certo completamente, no momento em que não tivermos mais nenhum morador em situação de rua.

Obrigado, Sr. Presidente, pela vossa tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, minha cara deputada Maria del Carmen, deputado Joseildo Ramos... Aliás temos apenas quatro deputados presentes. Ah, meu amigo Deraldo Damasceno chegou, como sempre! Como sempre!

Meus caros deputados, hoje é um dia que todos nós estamos, Delegado Deraldo Damasceno, extremamente preocupados com essa situação de greve, que não atende a ninguém. Essa é uma greve que não tem vencido, nem vencedores, só tem perdedores. Todos estão perdendo! Perde a PM, perde o governo, mas, principalmente, perde a sociedade, porque perde a tranquilidade.

Eu não tenho, até pelo meu estilo, condições de ficar omissa, de ver as coisas acontecendo e não tentar colaborar no que for possível. Nesse sentido, hoje de manhã, tive a ideia – falei com o deputado Delegado Deraldo Damasceno e liguei para o Capitão Tadeu – de propor uma reunião, hoje, às 16h. Essa ideia foi aceita, de pronto, pelo deputado Capitão Tadeu. Depois ele me confirmou, dizendo que todo o comando de greve da Polícia Militar estará presente, às 16h, aqui, na Assembleia.

Qual foi o intuito disso? Primeiro, de nós, deputados, nos aprofundarmos no assunto. Temos de ver o que está impedindo esse entendimento; temos de ver qual é a proposta inicial feita pelo comando ou pelos presidentes de associações da PM, o que foi negociado com o governo e se eles estão incluindo coisas novas ou não; e temos de ver o que é possível.

Nem tudo na vida, deputado Joseildo Ramos, é possível. Por mais que um governante queira, às vezes, existem alguns aspectos que não podem ser cumpridos naquele momento. Mas aí tenho certeza absoluta de que o bom senso de ambas as partes terá que prevalecer de uma maneira conjunta. Até porque eu acredito que, dentre todas as Comissões desta Casa, nunca tivemos nenhum embate político na nossa Comissão, deputado Deraldo Damasceno, V.Ex^a é testemunha disso. Nenhum!

Temos tratado a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública como deve ser tratada, ou seja, apartidariamente. A segurança pública não tem partido e nem pode ter, porque envolve a nós todos. É com esse espírito de unidade da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública que vamos realizar essa reunião hoje.

Já convidei para comparecerem à reunião o deputado Joseildo Ramos, o meu caro presidente, a deputada Maria del Carmen, o próprio Álvaro Gomes, que já foi sindicalista, enfim, pessoas que, mesmo não fazendo parte da comissão, têm equilíbrio e discernimento.

A grande preocupação nossa é que estamos na Semana Santa e amanhã, quinta-feira, já começa um longo feriado. Imaginem se não se chega a um consenso e pegarmos esses dias todos com paralisação da Polícia Militar e da Polícia Civil? É uma coisa inimaginável! Não podemos permitir, até pela responsabilidade que os 63 parlamentares têm, que não se chegue a um ponto de apoio.

Eu sempre digo: quando existe boa vontade se chega a um acordo. De ontem para hoje conversei várias vezes com o secretário da Segurança Pública. Ele está extremamente preocupado e aberto ao diálogo. Quando existe abertura para o diálogo temos tudo para se chegar a um consenso.

O nosso objetivo, meus caros deputados Joseildo Ramos, Delegado Deraldo Damasceno, Carlos Geilson e meu caro presidente, é tentar colaborar. O Poder Legislativo não pode ficar omissos, como até o momento estava, em relação a esse episódio da greve. Esta será a oportunidade para sentarmos, hoje, à tarde, às 16 horas. E todos que querem colaborar estão convidados.

Acredito que todos os parlamentares que não estiverem viajando participarão da reunião com o intuito de procurarmos um caminho, uma solução para que, se Deus assim permitir, possamos, de hoje para amanhã, acabar com essa greve que tanta intranquilidade traz, não só para nós como para a população, os comerciantes, enfim, para toda a sociedade baiana.

O registro está feito, como também o convite a todos deputados presentes no Plenário, como também àqueles que estão nos gabinetes e tenham, de uma forma ou outra, o conhecimento da reunião.

Não é uma reunião restrita a integrantes da Comissão, mas do Poder Legislativo, através da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, com o comando de greve para tentarmos achar o que todos nós queremos, ou seja, o fim desta greve.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero o pronunciamento do deputado Gaban, que acabou de me anteceder, de uma clareza, de uma lucidez que não tenho dúvida que ele comunga com o pensamento do conjunto dos deputados desta Casa a respeito da perplexidade que o momento nos traz.

Não é possível que não atinássemos para uma situação que o próprio Capitão Tadeu, nas vezes que subiu a esta tribuna, deu-nos conhecimento. Praticamente, ele nos prestou contas de que havia um sentimento de construção a quatro mãos, governo e a Polícia Militar, no sentido de oferecer um projeto de reestruturação da segurança pública do Estado da Bahia.

Ora, nesse processo de construção de algo com um nível de complexidade extremamente elevado é perfeitamente plausível que no fechar das contas, da proposta, possa, aqui e acolá, haver alguma coisa que, de fato, não esteja nos trilhos a partir dos olhares de parte a parte. E certamente foi isso que aconteceu. Mas a população, também perplexa, não tenho dúvida, no momento em que essa prestação de contas, de parte a parte, não acontecia somente nesta Casa, mas no conjunto de veículos de comunicação do Estado da Bahia.

Portanto, a perplexidade vem. E aí o cuidado de quem olha com uma certa distância, porque lá estão envolvidas lideranças que têm mandato, que têm posições claras, cristalinas. E não é possível que com tão pouco tempo, com a experiência que essas mesmas lideranças têm, tenha-se esgotado o princípio que coloca os lados, em debate, fora do eixo da mesa de negociação.

Não houve tempo, deputado Gaban, não houve tempo, Delegado Damasceno, para que a proposta que foi entregue agora, faz pouco tempo, fosse debatida. Este é o momento em que devemos nos aprofundar nessas questões. E V.Ex^a, deputado Gaban, disse aqui que o secretário e o comandante da Polícia Militar afirmaram, por diversas vezes, que estão abertos, permeáveis, buscando o consenso, a interação, a convergência. No entanto, intempestivamente, esse movimento se irrompe.

Nenhum de nós quer ver reeditado aquele momento da greve passada, no qual, para além dos legítimos pleitos dos policiais militares, rondavam outras ações alheias, marginais a esse processo. Ações que, com certeza, não contam com o apoio de qualquer deputado, independentemente da sua matiz ideológica, independentemente da sua bandeira partidária.

Esta Casa deve, neste momento, estender a mão, ir ao encontro da convergência. Ela não pode se furtar, para não ser omissa, de promover a aproximação das partes; não pode deixar como refém uma população que está temerosa, que fica a reboque dos acontecimentos. E há aqueles que, sabendo que a tropa não está nas ruas, saqueiam, aterrorizam, criam um temor público em pleno estado de direito.

Acho que urge o momento de esta Casa Legislativa do Estado da Bahia colocar as propostas em cima da mesa, desprovida do sentimento utilitarista de quem quer

que seja, desprovida da maquinação de alguns. Devemos agir em favor da Bahia, buscando que esse movimento convirja para que haja uma solução pacífica para o bem dos policiais, dos seus familiares, dos baianos e da democracia em nosso Estado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, companheiro.

Com a palavra o nobre colega Delegado Damasceno.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa e demais presentes, quando o assunto é segurança pública, eu não consigo ficar calado.

Quando cheguei a esta Casa, quero lembrar bem, e dizia que a segurança pública – que é basicamente exercida por policiais – é um dos pilares mais importantes da sociedade, ouvi, por diversas vezes, colegas, cujos nomes não citarei por questão de ética, dizerem que polícia não é tudo. Isso é um absurdo! Porque em qualquer lugar do mundo a segurança é pensada em primeiro lugar. Qualquer planejamento, onde não se tem previsto a segurança, não alcança o objetivo que se pretende. Se eu estiver equivocado, por favor, me corrijam. Eu venho debatendo este assunto na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e, aqui, neste Plenário, quando tenho oportunidade. Tenho dito que a segurança pública, dada a sua importância no seio da sociedade, tem de ser tratada com muito respeito, com muito carinho e amor.

Tenho certeza de que ao longo desse período... Sei que a minha passagem não foi em vão, porque, hoje, vejo com alegria que já não se fala assim da polícia, até porque ficou provado que, hoje, nenhuma ação pública positiva pode ser efetuada sem a presença da polícia.

Tenho certeza de que o governo não precisa fazer uma ação pública no bairro do deputado Gaban, porque somente mora rico por lá. Lá, ele não vai construir nenhuma escola e não vai colocar um posto de saúde. Não precisa. Todo mundo tem plano de saúde e tem médico na hora que precisa.

No entanto, vão fazer isso na periferia da cidade ou no subúrbio. E, para que isso aconteça, a polícia tem de acompanhar, porque a criminalidade cresceu tanto que se não tiver o acompanhamento policial, isso não se efetua.

Agora, eu trago notícias ruins neste momento. Lá na periferia, os traficantes estão fazendo miséria. Estão de armas na mão e se matando. Na San Martin, estão tocando fogo em pneus para assaltar as pessoas que passam de carro. Isso é a ausência da polícia.

Aqui, não quero dizer com tudo isso que o governo seja omissivo na questão da segurança. Não observo isso. Vejo que o governador tem feito o que pode pela segurança pública. E eu o questiono sempre que posso.

Por exemplo, além das questões remuneratórias, o que mais os policiais estão pleiteando? Nós temos uma situação terrível que é o efetivo da polícia. A ONU prevê um policial para cada 250 habitantes. Pergunta-se: quantos policiais temos para quantos mil habitantes? Qual é a população da Bahia hoje, senhores? O governador

trouxe coisas positivas. E as coisas que não satisfazem, que não são positivas, que não se têm ganho, podem ser traduzidas pelo próprio governador ou pelo Parlamento.

Quanto à questão remuneratória, o próprio governador disse que estava com a mesa aberta à negociação. Ou se entenderam ou não, ou se estavam magoados com o governo ou não, a greve foi deflagrada.

Agora, a história é outra.

E as coisas devem ser tratadas com a cautela devida. Não estou dizendo aqui que o governador tem de abrir mão da sua autoridade. Concorde, deputado? O governador, de forma nenhuma, deve abrir mão da sua autoridade. Nós já sabemos que estão vindo para cá as Forças Armadas. O Exército está descendo, acompanhado da Força Nacional, que tem o efetivo pequeno e não resolve nada. Elas não têm o preparo que a Polícia Militar tem para resolver os problemas do dia a dia em termos de segurança pública. Fica a lacuna.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Para concluir, deputado. Foi isso que V.Ex^a falou?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- No Pequeno Expediente cada deputado tem direito a 5 minutos.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Perdoe-me, mas muitos deputados não estão presentes. Deixe-me ocupar o lugar de alguns.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Ainda temos dois deputados inscritos para usar o tempo.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Mas me deixe terminar. O assunto é muito importante. V.Ex^a tem família?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Claro, todos nós temos família.

O Sr. DELEGADO DERALDO DAMASCENO:- Vou concluir, Sr. Presidente. Farei sua vontade.

Tem muita gente que não gosta da Polícia aqui. Disso vocês podem ter certeza. Mas tem que gostar. Gostem ou não, ela é imprescindível na nossa vida.

Concordo com V.Ex^a, Gaban. O Parlamento tem de se envolver no sentido de buscar junto a quem de direito uma saída. E não tem de se arvorar pai da criança nem salvador da pátria. O que queremos é uma saída honrosa. O governador tem que buscar esse caminho, esse direito de abrir o diálogo.

Às 16 horas Gaban já agendou uma reunião com os líderes, querendo o envolvimento de todos nós, e deveremos fazer isso. É nosso papel. Não é papel do bispo, não é papel do padre da paróquia tal, não. É papel do parlamentar. Por que não podemos chegar lá e fortalecer o governador?

Se somos da base dele ou não, é um assunto de muita importância para a sociedade. Estamos aqui para ajudá-lo, vamos conversar. Aquilo que pode ser feito deve ser feito, e o que não pode ser feito não será feito. Mas é necessário o envolvimento do Parlamento.

Defendo esse movimento. Claro, com o respeito que é devido ao governador - e tenho certeza de que não vai faltar, até porque observo que a própria Oposição ao

governo do Estado tem se manifestado desfavoravelmente à greve dos policiais porque ela traz a intranquilidade para todos nós, ricos e pobres.

Vocês que são ricos e moram em bons bairros também estão correndo perigo de terem suas mansões invadidas, seus filhos mortos e suas mulheres violentadas. Portanto, vamos todos dar as mãos, a fim de buscarmos uma solução para esse problema. E não estaremos fazendo nada de mais, nada de mais. Apenas vamos estar exercendo o nosso papel de representantes da sociedade que nos trouxe até aqui.

Este é o meu entendimento, esta é a minha mensagem.

Muito obrigado por ter-me ouvido, Sr. Presidente. A coisa é realmente séria, e como tal devemos tratá-la.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre delegado, só estava seguindo as regras do Regimento. Cada deputado pode utilizar 5 minutos no Pequeno Expediente. Não tenho nada contra a sua fala. Aliás, gosto muito de ouvi-lo, deputado Deraldo Damasceno.

Se quiserem, podemos continuar até às 18 horas, pois temos vários tempos disponíveis, como o Grande Expediente, o Horário das Lideranças Partidárias. Então podemos ficar aqui a tarde toda.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caríssimo presidente Álvaro Gomes, Srs. Deputados, não falo deputadas porque nenhuma delas nos dá a alegria de estar presente neste plenário, mas dizer que ouvi atentamente os discursos dos nobres companheiros e que nós estamos preocupados.

As notícias que chegam do interior são as mais preocupantes, clima de insegurança, de instabilidade, comércio fechado em Feira de Santana, homicídios já foram verificados, depredações, arrastões, e este é um momento que nos cabe fazer uma reflexão, independente do ponto de vista ideológico, de analisar o desenrolar para chegar até essa greve. E aqui foi alertado pelo Capitão Tadeu que a tropa estava insatisfeita, que se caminhava para uma greve se não houvesse sensibilidade do governo.

O governo fez pouco-caso dos avisos, inclusive o Líder do Governo, e nós estamos agora nessa situação vexatória, incômoda para toda a sociedade. Eu discordo dos parlamentares que tentam aplicar, de forma pejorativa, o termo de que a greve é política. A greve não é política. A greve vem sendo gestada faz muito tempo com o conhecimento das autoridades e o governo que não se antecipou, não foi capaz de estabelecer um diálogo para resolução do problema.

Eis que de última hora, o governo tendo notícias da ebulição na tropa, tentou-se, numa reunião, pagamento de gratificação atrasada, mas já era tarde, Inês já era morta. E esse governo não aprende. Esse governo dito republicano, de republicano não tem nada.

Nós queremos externar a nossa preocupação como cidadão e elogiar a

Comissão de Segurança Pública desta Casa que chama para si o diálogo, e aqui hoje, deputado Arimatéia, que acaba de chegar, deveria estar esta Casa apinhada de deputados. É aqui que devemos estabelecer o contraditório, o diálogo para solução do problema. Não é fugindo, não é se escondendo que o problema será resolvido. Resolve-se é na mesa, é com conversa, com as partes cedendo, porque se nenhuma delas ceder, como haverá entendimento? Como pode haver diálogo? Sentar à mesa, não apenas sentar à mesa, o governo tem que ceder, tem que deixar essa intransigência. E se não houver avanço, as partes vão radicalizando, o movimento vai tensionando e aí quem perde é toda a sociedade.

Eu imagino e faço aqui as minhas ilações, o prejuízo, meu caro Carlos Machado, para o comércio da Bahia neste ano de Copa do Mundo. Nós já temos aí uma quinta-feira, sexta, sábado, domingo, segunda, tudo fechado. Lá na minha cidade já temos quarta à noite, quinta, sexta, sábado e domingo o micareta. E no final do mês o empresário, o comerciante tem que pagar os seus tributos, os seus impostos, e como é que faz? O comércio não vende, loja fechada, greve da polícia, governo arrecadando de forma voraz, porque nunca vi um governo querer arrecadar tanto como esse governo! É uma bocarra o tempo todo, querendo engolir o cidadão, tirar até a alma! Ele quer engolir a alma do cidadão, porque o corpo já engoliu. E, aí, o que é que acontece? Essa situação vexatória que estamos vivendo.

Então, quero parabenizar os deputados que estão presentes nesta sessão, os deputados da Comissão de Segurança Pública que vão participar da reunião, elogiar o prefeito ACM Neto, que tem chamado para si a discussão, não está escondido. Ele não é aquele que tem o norteador, como o governador do Estado, mas ele é prefeito desta capital, uma das mais importantes do País, e não poderia ficar omissos. Está certo. Chama para si, conversando com os diversos líderes do movimento para se chegar a um denominador comum. Assim, o prefeito ACM Neto mostra maturidade e competência, enquanto que há outros aí que, de forma muito gelada, muito fria, silenciosa, acabam dificultando o diálogo.

Portanto, mais uma vez, fica aqui a nossa conclamação para que cheguemos a um denominador comum, que as partes envolvidas sentem à mesa o quanto antes e a Bahia possa voltar à “tranquilidade” - entre aspas -, porque com a polícia nas ruas já vivemos uma verdadeira “Bahiaoeste”, imaginemos sem polícia!, Bota “oeste”, bota “faroeste” neste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e todas as demais pessoas que são também importantes aqui nesta Assembleia Legislativa e os que me ouvem de diversas maneiras, a Bíblia diz que “Aquele que habita o esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará”. Todos sabem que além de estar deputado, sou policial militar. E, aí, para mim é diferente o direito

de me posicionar. Mas tenho dito que o diálogo é a maior arma da democracia e tenho dito também, há mais de 12 anos, quase 13 anos, que a criação do Ministério da Segurança Pública sempre seria a solução para resolver as crises das polícias e as crises na Segurança Pública.

Lamento os reflexos negativos que qualquer greve causa numa sociedade, todavia, como uma dos profissionais de Segurança Pública, preciso deixar claro que policial não é robô. Por isso, creio que a sociedade, que a imprensa já buscam bom termo e acordo justo entre governo e representantes nas associações da Polícia Militar, composta por pais e mães de família que arriscam suas vidas para garantir a ordem pública em nosso Estado, que há décadas, por vários governos não tiveram a atenção merecida. Os policiais e demais funcionários públicos precisam de condições dignas para cuidar de suas famílias, com paz, harmonia, estabilidade legal necessária para prestarem excelentes serviços à sociedade baiana pagadora de altos impostos que a faz merecedora, portanto, de respeito, tranquilidade e paz social.

Como policial militar, seria indigno abandonar meus companheiros e a corporação da qual faço parte e que me serviu de berço, onde aprendi as coisas boas, tendo, inclusive, após a luta de 2001, chegado à posição no Parlamento, principalmente em um momento tão difícil para todos, em que oficiais e praças se unem em busca de melhorias.

Por isso reafirmo: deputado estou, policial militar sou.

Como deputado e Vice-Líder do governo, defendo a manutenção permanente do diálogo que já existe entre o governador, a cúpula da segurança pública e as associações, com seus representantes. O governador precisa estar, e já está, no comando das negociações e, com sua sensibilidade, muita coisa tem sido liberada. Já existem, sim, avanços. O governador em momento algum se furtou de sentar, até porque não são duas nem três vezes que o próprio governador se senta com os representantes, inclusive, com o policial Prisco.

Agora, lamentavelmente, nota-se que há falta de habilidade, às vezes de um lado, às vezes do outro, mas todos com a vontade de acertar. Certo é que precisamos, em nome da paz, da tranquilidade da sociedade, acharmos um caminho pacífico, uma melhor maneira para sairmos desse movimento de forma que sejam atendidas as necessidades dos policiais militares.

Resta-me, como pastor evangélico, além de estar presente onde se fizer necessário para ajudar na busca da paz, continuar orando ao grande Deus para que ilumine as negociações, que abrande com o Espírito Santo os corações de todos os envolvidos para o bem-estar da sociedade baiana.

E, para concluir, Sr. Presidente, como policial militar, pastor evangélico e deputado, não entendo porque em meio a tanta decadência e desencontros na segurança pública desta Nação ainda não se criou o Ministério da Segurança Pública, para unificar, federalizar, canalizar recursos federais para a PEC 300, ou em outra forma de lei, e criar um salário digno e único para os policiais militares em todo o Brasil.

Que Deus nos traga a paz e tenhamos uma saída urgente que atenda a todos os

lados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pela ordem o deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Solicito que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Daqui a pouco vamos ter uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública para receber os policiais, as pessoas que estão à frente desse movimento, ouvi-los e nós, como deputados, darmos nossas sugestões.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

Considerando a presença de apenas quatro Srs. Deputados, não há quórum para a continuidade da sessão.

Quero apenas desejar a todos um feliz feriado e uma feliz Páscoa para toda a população do nosso Estado, e desejar que se encontre uma solução o mais rapidamente possível para essa greve deflagrada pela Polícia Militar, para que volte a normalidade em nossa cidade e nosso Estado. Todos os deputados estão fazendo esforço, todas as pessoas que podem contribuir estão contribuindo e acredito que teremos uma solução o mais rapidamente possível e que tudo volte à normalidade.

Declaro encerrada a presente sessão, às 15h32min.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*